

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante / RN	CNPJ:	08.079.402/0001-35
Endereço:	RUA ALEXANDRE CAVALCANTE	Complemento:	
Bairro:	CENTRO	CEP:	59290-000
Telefone:	843278-3366	Fax:	
		E-mail:	GABINETECIVIL@SAOGONCALO.RN.GOV.BR

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	JAIME CALADO PEREIRA DOS SANTOS	CPF:	030.058.873-91
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	
E-mail:	jaimecalado.iprev@saogoncalo.rn.gov.br	Data Início de Gestão:	01/01/2025

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome:	Instituto de Previdência de São Gonçalo do Amarante	CNPJ:	11.447.510/0001-28
Endereço:	Rua Maria de Fatima Varela Inacio	Complemento:	61
Bairro:	Santa Terezinha	CEP:	59290-734
Telefone:	843278-3342	Fax:	
		E-mail:	IPREV@SAOGONCALO.RN.GOV.BR

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	EDSON MARTINS DE MELO	CPF:	121.845.748-13
Cargo:	Outros	Complemento do Cargo:	representante
Telefone:		Data Início de Gestão:	03/11/2009
Fax:		E-mail:	presidente.iprev@saogoncalo.rn.gov.br

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome:	EDSON MARTINS DE MELO	CPF:	121.845.748-13
Cargo:	Outros	Complemento do Cargo:	representante
Telefone:		Data Início de Gestão:	03/11/2009
Fax:		E-mail:	presidente.iprev@saogoncalo.rn.gov.br
Entidade Certificadora:	anbima	Validade Certificação:	

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	EDSON MARTINS DE MELO	CPF:	121.845.748-13
Telefone:		Fax:	
E-mail:	presidente.iprev@saogoncalo.rn.gov.br		
Data de envio:	06/02/2013		

7. DEMONSTRATIVO		
Exercício: 2013		
Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: edson martins de melo		CPF: 121.845.748-13
Data da Elaboração: 17/12/2012	Data da ata de aprovação: 06/02/2013	
Órgão superior competente: Conselho de investimentos		
Meta de Rentabilidade dos Investimentos		
Indexador: IPCA	Taxa de Juros: 6,00 %	
Divulgação/Publicação: () Meio Eletrônico (X) Impresso		
RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	50,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	20,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	15,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	5,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	5,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	30,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	20,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	10,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
Total		300,00
Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados		

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

11. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Para embasar as decisões de investimento será elaborado cenário macroeconômico com revisão trimestrais das seguintes premissas nacionais e internacionais.

11.1. Cenário Nacional

11.1.1. crescimento econômico - PIB

11.1.2. previsão de Taxa SELIC no final do período;

11.1.3. previsão de SELIC de juros média;

11.1.4. inflação (IPCA);

11.1.5. participação Relativa da Dívida Pública sobre o PIB;

11.1.6. níveis possíveis de juros reais;

11.1.7. taxa de câmbio

11.2. Tendências de Mercado

11.2.1. possibilidade de investimento em renda fixa e em renda variável.

Perspectiva 2013

As medidas macro prudenciais e a flexibilização da política econômica brasileira, iniciadas em meados de 2011 e mantidas ao longo de 2012 parecem apontar para um cenário melhor para a economia brasileira em 2013.

As projeções dos analistas de mercado divulgadas através do Relatório de Mercado – Focus indicam uma importante elevação do crescimento da economia brasileira da ordem de 4,00% em 2013.

Tais projeções implicam em uma evolução substancial no desempenho da economia brasileira ao longo dos primeiros meses do ano. O importante é entender se há condições para uma mudança substancial de comportamento em um prazo tão curto. O cenário econômico global permanece incerto e não se enxerga grandes mudanças nas condições de crescimento das principais economias sobretudo na zona do euro.

Pelo lado da indústria, a queda na produção observada desde meados de 2011 pode ter contribuído para a redução dos estoques, o que pode colaborar para um avanço mais significativo da indústria.

A redução do IPI, para o setor automotivo, foi decisiva e contribuiu para correção de desequilíbrios. Os estoques das montadoras caíram mais de 45 dias de vendas, convergindo para a normalidade.

Não se pode afirmar com 100% de certeza, se o pacote de estímulos do governo federal, está tão somente promovendo uma antecipação nas vendas ou se estamos observando uma recuperação concreta, contudo, é notória a melhora apresentada. A retomada do setor automobilístico, principalmente por seu peso na economia, pode ser o prenúncio de uma recuperação mais ampla.

Por sua vez, no mercado de crédito, há indicações de que a inadimplência tenha chegado ao seu limite máximo. Baseados neste fato, as instituições financeiras já traçam um cenário de aceleração moderada para os próximos meses. Caso se concretize, deverá haver crescimento de consumo no segmento de bens duráveis.

A principal incerteza está relacionada aos investimentos no segmento industrial. O que se observou de maneira surpreendente, nos últimos trimestres, foi a retração da produção industrial. Parte dela decorre da insegurança com relação ao setor externo. Contudo, a recuperação das vendas, caso se mantenha constante, pode finalmente levar os empresários a optar por investir em produção.

Finalmente, há os impactos defasados das medidas de estímulos implementadas a partir do ano passado, dentre elas a redução em 5,25% pontos percentuais na taxa básica de juros. A elevação da liquidez da economia, promovida pelos Bancos Centrais mundo afora também são medidas de impulso, que devem em algum momento começar a surtir efeito.

Assim sendo, é presumível, que o PIB – Produto Interno Bruto mostre sinais de aceleração ao longo de 2013. A principal dúvida é se haverá condições satisfatórias para o país crescer 4,00%, ou se as conhecidas barreiras estruturais se mostrarão preponderantes.

As projeções para 2013, como podemos ver, variam muito porque o cenário continua muito conturbado. As estimativas mais otimistas revelam que a economia norte-americana deve crescer 1,5%. Em relação à Zona do Euro, o crescimento deve ficar em torno de 2,1%. Para a China, crescimento projetado é da ordem de 8,20%.

Em nosso entender, as projeções para a China e o Brasil estão acima da realidade. A China deve apresentar crescimento na faixa de 7,00%. A economia chinesa, no terceiro trimestre de 2012, apresentou desaceleração em comparação ao semestre anterior, mostrando crescimento de 7,4% anualizado.

Uma possível desaceleração da economia chinesa impacta negativamente na economia brasileira, uma vez que a China é o nosso maior parceiro comercial.

<div><div>Objetivos da gestão</div><div><p>OBJETIVO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS</p><p>Política de Investimentos das reservas financeiras do RPPS têm como objetivo fornecer ao gestor da entidade as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos durante o exercício de 2013, sendo um documento de vital importância para o planejamento e gerenciamento das reservas.</p><p>O objetivo é garantir o equilíbrio de longo prazo entre o ativo e passivo do RPPS obedecendo às seguintes metas:</p><ul style="list-style-type: none">• Meta atuarial: 6% ao ano + inflação projetada de 5,47% ao ano sendo o índice IPCA, totalizando uma rentabilidade anual de 11,47%;• Meta de serviço passado: 0,86% ao ano;• Meta de déficit atuarial passado: 3,98% ao ano;• Meta para atingir limite mínimo de contribuição: 1,09% ao ano.<p>3.2.1 A primeira meta é relacionada como a meta necessária para que não seja gerado déficit atuarial em virtude das aplicações.</p><p>3.2.2 A segunda meta estabelecida é para pagar o déficit atuarial existente em virtude da não fundação por completo a ser realizado pela Compensação Previdenciária a receber do INSS.</p><p>3.2.5 Portanto a meta de investimento, que é composta pelas quatro metas deve ser de 17,44% ao ano. Devido a dificuldade de atingir esta meta e o ente federativo ter implementado medidas para custear o déficit atuarial, será considerado como meta de investimento para o referido RPPS, será considerado somente as seguintes submetas: atuarial, serviço passado e contribuição mínima; totalizando uma meta de investimento de 13,46% ao ano. O valor real da rentabilidade é de 7,85% ao ano.</p></div></div>
<div><div>Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos</div><div><p>Os Ativos Mobiliários integrantes da carteira do regime próprio do Instituto deverão ser marcados e comercializados a valor de mercado, buscando otimizar ganhos e minimizar a realização de possíveis perdas, observadas as regras e os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.</p><p>Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.</p></div></div>
<div><div>Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável</div><div><p>A Contratação sempre seguirá a metodologia de credenciamento estabelecendo qua necessidade de avaliação das instituições concorrentes de acordo com critérios fixados na resolução nº 3,922/2010 e PORTARIA MPS Nº 170 que dispõe sobre aplicações dos recursos e credenciamento de instituições financeiras, além da necessidade do envio das rentabilidade mensais dos últimos 12 meses com cota acima de R\$ 100.000,00 e com participação pelo menos de 50 RPPS no fundo.</p><p>Deverá ser realizado semestralmente, junho e e dezembro, avaliação de desempenho onde será observada a rentabilidade da aplicação. Para executar esta avaliação deverá ser encaminhado pela instituição financeira às rentabilidades mensais dos últimos doze meses consecutivos. Além dos índices de benchmark do últimos doze meses consecutivos.</p><p>Caso haja mais de uma instituição financeira para um mesmo investimento, deve-se suspender novas aplicações no investimento da instituição que não alcance as rentabilidades satisfatórias ou que tenha pior rentabilidade.</p><p>Caso haja somente uma instituição financeira, deve-se procurar outras instituições, caso esta não alcance rentabilidade satisfatória.</p></div></div>
<div><div>Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos</div><div><p>Para a execução desta Política Anual de Investimento e cumprimento da legislação em vigor será obrigatória à realização dos pontos abaixo:</p><p>Elaboração de Relatórios trimestrais e semestrais de rentabilidade, tendo como parâmetro de análise:</p><ol style="list-style-type: none">1. Variação do Benchmark;2. Meta Atuarial;3. Gerenciamento de Risco;4. VAR - Valor em Risco;5. Índice de Sharpe e6. Elaboração da Froneteira Eficiente: determinação da carteira de investimento a partir da relação risco/retorno.<p>No caso de investimento em Fundos Previdenciários de Ações será necessário o acompanhamento da carteira a fim de detectar o cumprimento do enquadramento da carteira conforme Resolução CMN 3.922/10.</p><p>Dependendo do regulamentação complementar a Resolução Suplementar à Resolução 3.222/10, deverá o RPPS proceder a abertura de conta de custódia para organizar os fluxos de pagamentos de recebimentos dos proventos referentes aos segmentos de rend fixa e variável.</p></div></div>
<div><div>Observações</div><div><p>sem observações</p></div></div>

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes			
Representante Legal do Ente:	030.058.873-91 - JAIME CALADO PEREIRA DOS SANTOS	Data: __/__/__	Assinatura:
Representante Legal da Unidade Gestora:	121.845.748-13 - EDSON MARTINS DE MELO	Data: __/__/__	Assinatura:
Gestor de Recurso RPPS:	121.845.748-13 - EDSON MARTINS DE MELO	Data: __/__/__	Assinatura:
Responsável:	121.845.748-13 - EDSON MARTINS DE MELO	Data: __/__/__	Assinatura: